

A ASSESORIA JURÍDICA PARA GRUPOS QUE PRATICAM A ECONOMIA SOLIDÁRIA: UMA EXPERIÊNCIA PRÁTICA COM O ARTESANATO EM PALHA DE MILHO DA CASA DO ARTESÃO DE PONTA GROSSA/PR

Daniele Prates Pereira

RESUMO

O Programa de Extensão Incubadora de Empreendimentos Solidários (IESOL/UEPG) trabalha com vários grupos incentivando-os e assessorando-os quanto aos princípios e práticas da economia solidária, dentre esses grupos está o Artesanato em Palha de Milho. O presente trabalho pretende demonstrar como a assessoria jurídica é prestada pela IESOL aos grupos, a partir de uma experiência prática em 2006/2007, viabilizando sempre a autonomia desses grupos e a prática cidadã de sua atividade econômica.

PALAVRAS-CHAVE

Assessoria jurídica; Economia Solidária; Cooperação; Autogestão.

ABSTRACT

The Extension Program Incubator of Solidary Ventures (IESOL/UEPG) works with several groups encouraging and advising them about the principles and practice of solidary economy, among these groups we focus at this paper the Corn Straw Handi craft one. This paper intends to present how the legal advice is provided by IESOL to the groups, based on the practical experience in 2006/2007, enabling the autonomy and the citizen practice to the groups in their economical activity.

KEY WORDS

Legal Advice; Solidary Economy; Cooperation; Self-management.

1 OS PRINCÍPIOS DA COOPERAÇÃO E DA AUTOGESTÃO

Desde a década de 1990, a economia solidária aparece como uma proposta alternativa de inserção no mercado produtivo para trabalhadores que

estão fora do mercado formal, ou desempregados, em empreendimentos de cooperação e autogestionários, ou seja, organizados por eles mesmos, sem diferenciação entre as diversas etapas do trabalho e de forma justa e solidária (SINGER, 2000; GAIGER, 2004).

Partindo dessas práticas associativas e cooperativas, atualmente, vários grupos de trabalho estão se formando de maneira solidária, no Brasil e no mundo, apoiados por políticas públicas, por organizações não governamentais, por movimentos sociais e pelas universidades.

Grande parte desses grupos se esforçam para que possam realmente sobreviver através da economia solidária no atual modelo de desenvolvimento capitalista. A economia no sistema capitalista é eficiente na geração de riqueza, como na geração de pobreza, precarizando cada vez mais a vida dos menos favorecidos. Há cada vez mais produção autônoma, mas isso implica no difícil acesso a tecnologias, que exige mais investimento (SINGER, 2003). Assim, o mais viável é a união de indivíduos em economia solidária.

O autor ainda complementa, que a economia solidária não poderia preceder o capitalismo industrial, mas que o acompanha como uma sombra em toda a sua evolução, visto que ela é uma "criação em processo contínuo, de trabalhadores em luta contra o capitalismo" (2003, p.13) e acrescenta ainda que a unidade típica da economia solidária é a cooperativa de produção, cujos princípios organizativos são: posse coletiva dos meios de produção pelas pessoas que as utilizam para produzir; gestão democrática da empresa ou por participação direta (quando o número de cooperadores não é demasiado) ou por representação; repartição da receita líquida entre os cooperadores por critério aprovados após discussões e negociações entre todos; destinação do excedente anual (denominado "sobras") também por critérios acertados entre todos os cooperadores.

Percebe-se assim, pela análise de Singer, que a economia solidária deve se calcar em dois princípios básicos: a cooperação e a autogestão.

A Cooperação busca valorizar o trabalho de cada associado, na medida em que o produto final depende do esforço de cada um. O trabalho precisa ser realizado através da cooperação mútua, com auxílio recíproco constante e valorizando-se o trabalho realizado pelo outro. Esse princípio busca diferenciar o sistema de produção capitalista, individual, no qual a competição é o primeiro objetivo. Quando se trabalha com a cooperação, não se pretende ocupar o lugar do outro, porque se sabe que todas as etapas do trabalho são importantes e além disso, percebe-se a importância do seu trabalho no sistema de produção e no produto final. A cooperação é imprescindível à economia solidária, tanto para a obtenção de bons resultados, como para a divisão justa dos rendimentos, já que cada etapa do trabalho é considerada igualmente importante.

Ora, se cada trabalhador tem a mesma importância no processo produtivo, também o terá nos processos decisórios, honrando o princípio da autogestão. As opiniões e decisões sobre o andamento da produção, organização do empreendimento e até mesmo preços finais precisam partir de todos e serem aceitos por todos.

São valores como a solidariedade, a democracia, a autogestão e a cooperação, combinados com a eficiência econômica, que podem proporcionar aos empreendimentos solidários as condições de coexistir com o mercado capitalista.

Os projetos de economia solidária têm gerado novas oportunidades de trabalho sintonizadas com novos paradigmas de desenvolvimento, que democratizam as relações de trabalho, valorizam as relações humanas e o patrimônio natural e cultural. Dessa forma, importa difundir como vários grupos têm trabalhado os princípios de cooperação e autogestão, bem como valorizar a realidade dos grupos, no sentido de proporcionar trocas de experiências, dinamizando os métodos de trabalho, estudo e formação dentro dos mesmos.

Denominadas de tecnologias sociais, essas práticas de trabalho dos grupos e com os grupos abarcam um conjunto de técnicas, metodologias e novos conhecimentos construídos de forma participativa, estruturada em moldes flexíveis, de acordo com as especificidades de cada comunidade, com vistas a garantir a inclusão em alternativas de desenvolvimento que visem a melhoria da qualidade de vida das pessoas (CARRION; VALENTIM; HELLWIG, 2006).

2 A INCUBAÇÃO DO GRUPO DA PALHA DE MILHO PELA IESOL/UEPG: COOPERAÇÃO E AUTOGESTÃO COMO OBJETIVO

A IESOL/UEPG, Incubadora de Empreendimentos Solidários, iniciou seus trabalhos na cidade de Ponta Grossa e região desde 2005. As características dos grupos incubados da região são as mais variadas, porém o que existe em comum é a pequena quantidade de membros, impossibilitando a formação de cooperativas. Assim, a maioria dos grupos são associações, que trabalham desde o artesanato até a reciclagem.

O trabalho de diagnóstico da IESOL busca primeiramente uma aproximação com os grupos através de conversas informais e palestras de formação sobre cooperativismo, autogestão e democracia. Foi dessa maneira que se iniciaram os trabalhos com o grupo de artesanato da palha de milho, em 2006.

O Programa Palha de Milho do município de Ponta Grossa é um projeto que foi criado em 2001 pela Divisão Municipal de Artesanato, em conjunto com a Casa do Artesão, tendo em vista uma pesquisa de mercado que constatou que Ponta Grossa não possuía um artefato de referência própria. Pelo caráter essencialmente agrícola da região, optou-se pela palha de milho. Assim, foi necessário recrutar e capacitar artesãos interessados, trabalhando no sentido de criar uma marca própria a este artesanato. A motivação que conduziu a

organização do grupo foi, além da construção de uma referência artesanal para o município, o trabalho coletivo, a possibilidade de geração de renda, e o desafio de criar um produto diferenciado com palha de milho.

Inicialmente o grupo foi formado por 20 (vinte) pessoas capacitadas para o trabalho através do PROVOPAR – Programa de Voluntariado Paranaense, porém surgiram alguns problemas (pequena integração, falta de comprometimento e pertencimento, ausência de visão cooperativa, dificuldade em conseguir matéria-prima, pouca habilidade no manuseio do material, problemas de saúde de alguns integrantes, e dificuldades no ingresso ao mercado formal de trabalho) que culminaram na quase que total dissolução da equipe de trabalho.

Atualmente 8 (oito) artesãs integram o grupo: Marcia, Maria, Odete, Rosana, Rose, Terezinha, Vanderli e Zoraide. Numa primeira aproximação com o grupo, notou-se que as artesãs produziam coletivamente (o grupo todo ou pequenos grupos), ou individualmente, já que na Casa do Artesão não há um espaço adequado para o estoque do material utilizado e a produção. Tal forma de atuação também imperava quando o assunto era a compra do material necessário à execução. A palha era obtida em feiras, através de doações e plantio do milho nas residências das artesãs. Cipó, sementes, flores e galhos secos são recolhidos de modo a não agredir a natureza. O controle de qualidade é feito pelas próprias artesãs de maneira minuciosa. A comercialização também é feita de forma coletiva (o grupo todo ou pequenos grupos) e individual através de feiras, exposições e encomendas particulares. Produzem atualmente: freis, santos, personagens folclóricos e regionais, espantalhos, pássaros (entre eles a Gralha Azul), poços, árvores, arranjos de flores, imãs para geladeiras, enfeites de Natal, etc. As regras de atuação são combinadas oralmente, as decisões são geralmente tomadas em grupo.

A partir desse momento, as entrevistas individuais passaram a ser coletadas. A metodologia da história oral de vida possibilita a valorização dos

sujeitos e uma visão profunda de como a associação modifica a vida destes sujeitos, auxiliando até mesmo em sua auto-afirmação.

O trabalho de visita e acompanhamento do grupo continuou através da equipe inicialmente envolvida. Propôs-se então a compra conjunta dos materiais necessários para a produção, e a busca de formalização da Casa do Artesão, a que estava ligado o grupo.

Muitas assessorias precisariam ser realizadas, pois o grupo não emitia notas fiscais, a contabilidade era simples, apenas existia livro de entradas e saídas, não existia uma embalagem específica ou um rótulo. Tudo isso justificou ainda mais o processo de incubação do grupo.

A primeira conquista com o grupo pela IESOL foi o estabelecimento de uma cadeia produtiva solidária, pois havia um outro grupo incubado, o Acampamento Emiliano Zapata, que trabalha com produtos orgânicos, que passou a ceder a palha de milho à associação. A compra de matérias em conjunto, somada à palha do Acampamento diminuíram significativamente os custos de produção.

Em 2007 o grupo ainda encontrava-se em acompanhamento, buscando a certificação da palha pelo TECPAR – Instituto de Tecnologia do Paraná.

3 AS ASSESSORIAS EM RELAÇÃO A TAIS PRINCÍPIOS: UM EXEMPLO PRÁTICO DE ASSESSORIA JURÍDICA AO GRUPO DA PALHA DE MILHO

O trabalho da IESOL, como Projeto de Extensão Universitária, desenvolve uma série de atividades de ensino, pesquisa e extensão de caráter interdisciplinar, com o apoio do Ministério da Educação. Através da aprovação de um projeto, firmou-se um Convênio para financiamento de atividades interdisciplinares concentradas principalmente em torno da elaboração do

diagnóstico participativo de grupos de trabalhadores da Economia Solidária – parte do processo de incubação desenvolvido pela IESOL – por meio do acompanhamento de seus empreendimentos e da produção documental de histórias de vida na cidade de Ponta Grossa região de Campos Gerais e proximidades.

Na época da experiência pessoal desta pesquisadora como assessora jurídica da IESOL, a Secretaria de Estado do Trabalho, Emprego e Promoção Social, através da Coordenadoria de Economia Solidária e do seu escritório regional em Ponta Grossa, também acompanhava e contribuía com as atividades da IESOL. Além disso, havia parceria com a Secretaria Nacional de Economia Solidária (SENAES), órgão vinculado ao Ministério do Trabalho, pois a IESOL/UEPG contava, a partir de 2007, com a atuação de três agentes de desenvolvimento local e economia solidária. E, por fim, havia o apoio da Fundação Banco do Brasil para o desenvolvimento de uma Associação de Catadores no município de Porto Amazonas. A prefeitura desse município e de outros como Tibagi e Ortigueira apoiavam as ações da IESOL e o desenvolvimento de políticas públicas locais de economia solidária.

Dessa maneira, para que o trabalho de incubação seja efetivo, há formação teórica e prática de um grupo de pesquisadores-extensionistas, entre técnicos, profissionais e estudantes de várias áreas (graduação em Administração, Direito, Economia, Geografia, História, Serviço Social, entre outras; e Mestrado em Ciências Sociais Aplicadas).

Esse grupo trabalha em equipes diretamente com os grupos, enquanto o corpo técnico trabalha assessorias quando requisitado pelas equipes. Esse tipo de assessoria possui várias razões de ser: o número de técnicos é pequeno para acompanhar tantos grupos, as equipes estão envolvidas com os grupos desde o início do trabalho e podem mais facilmente identificar as demandas a serem resolvidas pela assessoria, os sujeitos dos grupos têm maior abertura para conversar com as equipes de trabalho de quem já são mais próximos, a

assessoria é um trabalho técnico que vai apenas sistematizar e organizar as decisões do próprio grupo.

Dentro do quadro técnico de assessorias está a assessoria jurídica. Todo trabalho de assessoria jurídica, assim como no caso do grupo da palha de milho, respeita os princípios da cooperação e da autogestão. O que deve predominar é a vontade do grupo, servindo a assessoria jurídica para esclarecer algumas questões técnicas apenas.

Assim, a equipe que acompanhou os trabalhos com o grupo da palha de milho fez reuniões e participou das assembléias, a fim de organizar o novo estatuto da Casa do Artesão, com a intenção de formalizar a existência do grupo.

Foi a própria equipe de trabalho que, após participar com os grupos das disposições estatutárias, estabeleceu contato com a assessoria jurídica para análise técnica da proposta do estatuto. Poucos detalhes precisaram ser modificados, em princípio questões formais/estruturais e termos específicos do campo jurídico.

A equipe voltou ao grupo com as informações jurídicas e apresentou-as, com as explicações que obtiveram da assessoria jurídica, havendo concordância do grupo quanto às modificações.

Nesse momento, emitiram-se as vias do estatuto que foram devidamente assinadas e registradas.

Esse processo de troca de informações entre assessorias e equipes de trabalho otimizam o trabalho das assessorias e trazem alguns conhecimentos técnicos também à própria equipe de trabalho.

A partir desses conceitos e num processo permanente de construção documental de histórias de vida e criação de tecnologias sociais, e de práticas de assessorias participativas, a IESOL tem possibilitado a convivência de ensino,

pesquisa e extensão, bem como o desenvolvimento dos sujeitos e de novas relações de trabalho na realidade atual.

4 CONSIDERAÇÕES FINAIS

A intenção em apresentar essa metodologia de trabalho é a de proporcionar trocas e interações entre as incubadoras para facilitar e melhorar as assessorias e os acompanhamentos dos grupos.

Trabalhar diagnósticos a partir de histórias de vida foi gratificante, pois além de possibilitar a visualização das problemáticas do dia-a-dia de cada membro dos grupos, também se pôde perceber o quanto a união, a cooperação e a autogestão trazidos pela economia solidária têm modificado a vida de muitas pessoas.

O trabalho em economia solidária valoriza as relações entre os sujeitos e seu trabalho e ainda entre os sujeitos e seus colegas de trabalho. Pode-se perceber pelas histórias orais de vida, que as pessoas se sentem realizadas na maioria das vezes, mesmo passando por dificuldades.

A história oral, acima de tudo, valoriza os próprios sujeitos e suas experiências, sendo, portanto, base fundamental à formação dos diagnósticos pela IESOL.

Tendo em vista essa busca pela valorização dos sujeitos e dos grupos, de maneira alguma o acompanhamento ou a assessoria poderia acontecer de maneira incisiva, invadindo os espaços dos mesmos. O trabalho tanto das equipes quanto dos assessores procura primar sempre pelas decisões dos grupos e estabelecer uma relação de confiança, em honra ao princípio da autogestão e da cooperação.

Para isso, as equipes que inicialmente estabeleceram contato com os grupos continuam com eles por todo o processo de incubação, trabalhando também com eles de maneira cooperativa, trocando experiências, discutindo textos, realizando cursos de formação e trazendo até os assessores os problemas para que possam ser resolvidos da melhor maneira possível.

O caso apresentado no presente artigo foi uma assessoria jurídica em relação à formalização de um estatuto, mediado através da equipe de trabalho. Porém, sabe-se que a incubação é um processo em constante movimento, e por isso o trabalho das equipes é importante, para sentir o que o grupo espera da incubação e da assessoria. Cada grupo é um grupo, e cada demanda a ser resolvida é uma demanda, mas o que realmente importa é a busca pelo melhor acompanhamento possível e pela máxima aproximação com os grupos, o que pode ser obtido pela troca de experiências e informações entre as incubadoras, entre as equipes de trabalho e entre assessores.

REFERÊNCIAS:

- BOURDIEU, Pierre. (org.) *A Miséria do Mundo*. Petrópolis, Vozes, 1997.
- CANCLINI, Nestor Garcia. *Consumidores e cidadãos*. 5. ed., Rio de Janeiro: Ed. UFRJ, 2005.
- CARRION, Rosinha Machado; VALENTIM, Igor Valentin Lima; HELLWIG, Beatriz Centenaro (orgs.) *Residência solidária. Vivência de universitários com o desenvolvimento de uma tecnologia social*. Porto Alegre: Ed. UFRGS, 2006.
- FOUCAULT, Michel. *A hermenêutica do sujeito*. São Paulo: Martins Fontes, 2004.
- FREIRE, Paulo. *Pedagogia da autonomia*. Petrópolis, RJ: Vozes, 1997.
- GADOTTI, Moacir; GUTIÉRREZ, Francisco (orgs.). *Educação Comunitária e Economia Popular*. São Paulo, Cortez, 1993.

GAIGER, Luiz Inacio. (org.) *Sentidos e experiências da Economia Solidária no Brasil*. Porto Alegre: Ed. da UFRGS, 2004.

GROS, Frederic. (org.) *Foucault: a coragem da verdade*. São Paulo: Parábola, 2004.

JACQUES, Ramana Rodrigues Oliveira; SANCHES, Vania Maria Lourenço. *Desenvolvimento turístico na região do Parque Nacional Serra da Capivara (PI) - a via do cooperativismo popular*. Disponível em: <http://www.ivt-rj.net/sapis/pdf/RamanaJacques.pdf>. Acesso em 25/04/2007.

LIANZA, Sidney; ADDOR, Felipe. (org.) *Tecnologia Social e Desenvolvimento Social e Solidário*. Porto Alegre: Editora UFRGS, 2005.

MANCE, Euclides André. *Como organizar redes solidárias*. 2. ed., Porto Alegre: DP&A Editora, 2003.

POLLAK, Michael. Memória e Identidade social. *Estudos Históricos*. Rio de Janeiro, v. 5, n. 10, 1992, p. 200-215.

SANTOS, Andréa Paula dos. *Ponto de Vida*. Cidadania de Mulheres Faveladas. São Paulo: Ed. Loyola, 1996.

_____, A. P.; RIBEIRO, S. L. S. & MEIHY, J. C. S. B. *Vozes da Marcha pela Terra*. São Paulo: Loyola, 1998.

_____, A. P. & SANTOS, N. R. dos. "A Educação Básica e Profissional na Economia Solidária Catarinense". In: *Trabalho e trabalhadores no Vale do Itajaí: uma leitura crítica*. (Rita de Cássia Marchi, org.) vol. 1, Blumenau: Ed. Cultura em Movimento, 2004, p. 117-146.

SINGER, Paul. *A Economia Solidária no Brasil*. São Paulo: Contexto, 2003.

____; P. & SOUZA, R. S. (org.) *Economia solidária no Brasil: a autogestão como resposta ao desemprego*. 2. ed. São Paulo: Contexto, 2003.

____; P. *Globalização e desemprego: diagnóstico e alternativa*. 6. ed. São Paulo, Contexto, 2003.

Daniele Prates Pereira, graduada em Direito pela Universidade Estadual de Ponta Grossa (2004) e pós-graduação em Direito Tributário pela Unicenp, é Mestre em Ciências Sociais Aplicadas pela Universidade Estadual de Ponta Grossa. Docente da Unioeste – Universidade Estadual do Paraná.

E-mail: dany_ppereira@hotmail.com

PEREIRA, Daniele Prates. A Assessoria Jurídica para grupos que praticam a Economia Solidária: uma experiência prática com o artesanato em palha de milho da casa do artesão de Ponta Grossa/PR. *ComUni* Revista Interdisciplinar de Extensão Universitária. Porto Alegre, n. 5, 2012.